ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA NA AVENIDA PAULISTA: UM RECORTE DE 2016 A 2018

Manuela Baiocco Furtado (IC) e Luiz Guilherme Rivera de Castro (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é tratar da relação existente entre a oferta e gestão de espaços de permanência de qualidade por instituições públicas e privadas e a hipotética lacuna da falta de pertencimento do pedestre na Avenida Paulista, entre 2016 e 2018. Caracterizada por sua dinâmica pujante e por ter se transformado diversas vezes ao longo de sua existência, a Avenida Paulista constitui uma importante centralidade na cidade de São Paulo. Ao longo de sua trajetória, foi alvo de generosos investimentos públicos; da crescente presença de infraestrutura, de grandes empresas e de outras instituições privadas; e também da implementação do projeto *Paulista Aberta* pela prefeitura em 2016, que mudou o caráter de sua ocupação aos domingos. Entretanto, nem sempre essas transformações estiveram acompanhadas por decisões que levassem em conta os anseios ou necessidades dos pedestres, tais como a permanência. Desta forma, para se aprofundar na hipótese apresentada, a abordagem escolhida foi a realização de pesquisa bibliográfica com posterior estudo de dois casos: a praça lateral do complexo Shopping Cidade São Paulo e Torre Matarazzo; e a porção pedestrianizada da Alameda Rio Claro. Através de análises comparando a teoria existente sobre o tema - destacando-se os trabalhos de Fernando M. B. Alves e Matthew Carmona - e os dados obtidos na investigação *in loco*, são expostas considerações que envolvem principalmente a necessidade de melhores processos de projeto e gestão dos espaços de propriedade pública, dada a revelação de sua importância na vida social dos cidadãos.

Palavras-chave: Avenida Paulista. Espaço público. Permanência.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to address the correlation between availability and management of quality gathering spaces by public and private institutions and the hypothetical deficiency in the pedestrian's feeling of belonging in Paulista Avenue, between 2016 and 2018. The Paulista Avenue, defined by its intense dynamics and by its various transformations through the years, plays a central role in the city of São Paulo. In the course of its history, the avenue has been marked by huge public investments; by the increasing presence of infrastructure, big companies and other private institutions; and also by the

implementation of the public project *Paulista Aberta*, in 2016, which changed the nature of its occupation on Sundays. However, these changes haven't always been followed by decisions that prioritize pedestrian's needs and expectations - such as the existence of gathering spaces. Therefore, in order to further investigate the presented hypothesis, a bibliographic research was done, followed by a study of two cases: the side square of the Cidade São Paulo Mall and Matarazzo Tower complex; and the pedestrianized portion of Alameda Rio Claro. Then, through the comparison of existing theories about gathering spaces - mainly from Fernando M. B. Alves' and Matthew Carmona's studies - and information acquired visiting the previously mentioned sites, considerations about a need of better design and management practices for public gathering spaces are presented as their impact in the citizen's social lives is revealed.

Keywords: Paulista Avenue. Public space. Gathering spaces.

1. INTRODUÇÃO

Ao observar as grandes cidades e sua composição ao longo do tempo, percebem-se mudanças claras em sua organização, seja em espaços públicos ou privados. Na contemporaneidade, tal debate acerca dos espaços urbanos coletivos e de sua utilização e inter-relação torna-se relevante justamente por eles influenciarem na vida social e qualidade de vida dos cidadãos (OLIVEIRA, 2013). Um exemplo envolvendo este tema é a Avenida Paulista, na cidade de São Paulo (SP).

A Avenida Paulista constitui uma centralidade na cidade em que se insere. Detentora de características diversas, ela passou - e ainda passa - por muitas transformações desde quando foi inaugurada e loteada, em 1891, pelo engenheiro empreendedor Joaquim Eugênio de Lima. Desta forma, é um espaço característico por sua dinamicidade de caráter e de usos e por suas metamorfoses frequentes. Exemplo disso é ela ter sido, em sua origem, uma via que abrigava os casarões da elite cafeeira paulistana e a passagem de carros de boi; e ter se tornado, pouco mais de cem anos depois, uma das mais pujantes concentrações de instituições financeiras, comerciais e culturais da cidade. Tudo teve origem, então, com uma iniciativa privada, que foi frequentemente acompanhada de generosos investimentos do poder público até resultar no prestígio e distinção que caracterizam a via no século XXI (FRÚGOLI JÚNIOR, 2000).

A investigação que aqui se dá ganha relevância justamente neste contexto, principalmente a partir do ano de 2016. Nesse ano, foi instituído pela prefeitura o projeto Paulista Aberta, por meio do qual passou a haver a interrupção do tráfego de veículos e abertura da avenida unicamente para os pedestres aos domingos e feriados. Diante de tantas transformações tais como a verticalização; a presença múltipla de grandes empresas, instituições e símbolos culturais; os progressos no sistema de transporte; e de uma rica apropriação dos espaços por parte das pessoas e de suas manifestações, destaca-se a pequena oferta de espaços coletivos de permanência nesta centralidade (Figura 01), tais como a porção pedestrianizada da Alameda Rio Claro ou a praça lateral pertencente ao complexo corporativo do Shopping Cidade São Paulo e Torre Matarazzo.

O problema principal desta pesquisa trata da relação existente entre a oferta e gestão de espaços de permanência de qualidade por instituições públicas e privadas e a hipotética lacuna da falta de pertencimento do pedestre no recorte espacial da Avenida Paulista entre 2016 e 2018. Neste sentido, os objetivos principais são estudar, por meio de uma análise quantitativa e qualitativa, fenômenos existentes na avenida relacionados ao tema; e achar conexões com teorias existentes neste âmbito, além de aprofundar-se sobre

os papéis de cada esfera neste universo que, no fim, sempre revela os usuários como peças-chave.

Figura 01 - Exemplo de apropriação de espaços da Avenida Paulista em um domingo

Fonte: acervo próprio. Ago. 2018.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Visto que o desenvolvimento da investigação foi dividido em dois macro critérios, a escolha do referencial teórico também segue esta mesma linha de raciocínio. São eles os aspectos físicos e formais; e os aspectos que dizem respeito às relações público-privado.

Com relação aos aspectos físicos e formais, a pesquisa baseou-se principalmente no pensamento do arquiteto e urbanista português Fernando M. Brandão Alves (2003), presente no livro *Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica*. Dois de seus argumentos que chamam a atenção e se relacionam com as ideias defendidas nesta pesquisa são o de que “assumindo que a vida pública está pujante na cidade contemporânea industrializada, o uso do espaço público constitui uma das medidas atuais mais importantes para o seu êxito.” (ALVES, 2003, p. 296) e o de que “o sucesso de um espaço público dominantemente pedonal depende, dentre outros fatores, da sua capacidade de atrair as pessoas e de as estimular a aí permanecerem.” (ALVES, 2003, p. 149). Tais ideias levam a outra consideração sua, sobre como a escala do espaço público, por vezes vista como pequena, reflete para muito além de sua própria dimensão; sobre como, na verdade, existe a noção da “cidade como a segunda casa que descobrimos depois da infância nos nossos lares.” (ALVES, 2003, p. 7). Isto vai ao encontro das noções que circunscrevem esta pesquisa e que dizem respeito à sensação de pertencimento ao espaço público por parte do pedestre.

Desta forma, neste texto, é proposto um método para avaliar qualitativamente os espaços públicos através de critérios de análise morfológica e funcional. Para tanto, seriam

levados em conta tanto os aspectos físicos e formais; quanto os que se relacionam com o cotidiano comum do cidadão, os de dimensão mais humana e sensível. Os resultados extraídos disso poderiam ser utilizados tanto na etapa de desenho do espaço como em sua posterior gestão (ALVES, 2003).

Ainda neste sentido, o autor afirma que ao mesmo tempo que a qualidade de vida das pessoas depende da integridade do ambiente, “a beleza do espaço não se confina unicamente à sua ‘pele’; antes emerge de um mundo cinestésico que a envolve, criado pelas expectativas do ser humano e ‘iluminado’ pelos aspectos mais eloquentes da arte.” (ALVES, 2003, p. 300). Por sua vez, isso poderia explicar fenômenos como a ocorrência de espaços públicos que, em teoria, seriam considerados íntegros e dignos de serem ocupados e abrigarem permanência, mas acabam por não terem tanta adesão por parte dos cidadãos. O autor trata, por fim, da importância de um processo participativo na investigação e proposta dos espaços públicos urbanos, deixando claro que é importante que um dos principais focos ao se analisar ou projetar um espaço de acesso público seja a vida que ocorre nele; a maneira como as pessoas s utilizam ou querem utilizar.

Evidenciando o outro lado do campo de análise desta pesquisa - o que diz respeito às relações público-privado na esfera pública da cidade contemporânea - há o trabalho *Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One and Part Two*, publicado pelo arquiteto e urbanista inglês Matthew Carmona (2010). Essa publicação se inicia com críticas que tratam de como espaços públicos são um assunto delicado e que por vezes estes têm se encontrado em declínio. Muito desta discussão viria acerca de duas questões recorrentes, dependendo do espaço: uma *hiper-gestão* ou uma *sub-gestão* (CARMONA, 2010). Nenhuma das opções seria considerada positiva à vida pública e é disso que Carmona trata na primeira parte do texto, apresentando exemplos de cada ocorrência e discorrendo sobre as possíveis causas e consequências dessas realidades. Carmona afirma que essas possíveis classificações dos espaços públicos baseadas na sua gestão não são totalmente independentes, mas que, na verdade, se inter-relacionam e se sobrepõem, podendo gerar diversos tipos de discussões. Diante disso, vale citar também que ele discute, ao longo de seu trabalho, se “estaríamos testemunhando uma deterioração da qualidade do espaço público, ou simplesmente uma evolução do mesmo associado a um inevitável desenvolvimento de práticas de gestão” (CARMONA, 2010, p. 124, tradução nossa).

Ademais, o trabalho de Carmona é concluído a partir de uma tentativa de tornar possível estabelecer uma nova tipologia de espaço público baseado em como tal espaço é

gerido e com base na reflexão de como essa nova tipologia poderia se relacionar com a maneira com que as paisagens reais são geridas atualmente (CARMONA, 2010). Tudo isso para melhor lidar com as diferenças entre os grupos que utilizam o espaço e evitar espaços homogeneizados, um “urbanismo sem particularidade” (CARMONA, 2010, p. 172, tradução nossa). Por estarem em estudo neste trabalho dois espaços de acesso público, porém contrastantes entre si no sentido de um ser de propriedade privada e outro de propriedade pública, a teoria de Carmona pôde ser utilizada de modo a evidenciar aspectos deste universo que afetassem os usuários.

3. METODOLOGIA

A proposta deste trabalho baseia-se na realização de pesquisa quantitativa e qualitativa com metodologia baseada em estudos de caso. Este método, fundamentado nos trabalhos de John W. Creswell (2014) e Robert K. Yin (2004), pressupõe uma apresentação justa e rigorosa de dados empíricos e a realização de levantamentos para descrever ou testar proposições (YIN, 2004). Para que este procedimento metodológico fosse possível, uma sequência de passos foi seguida.

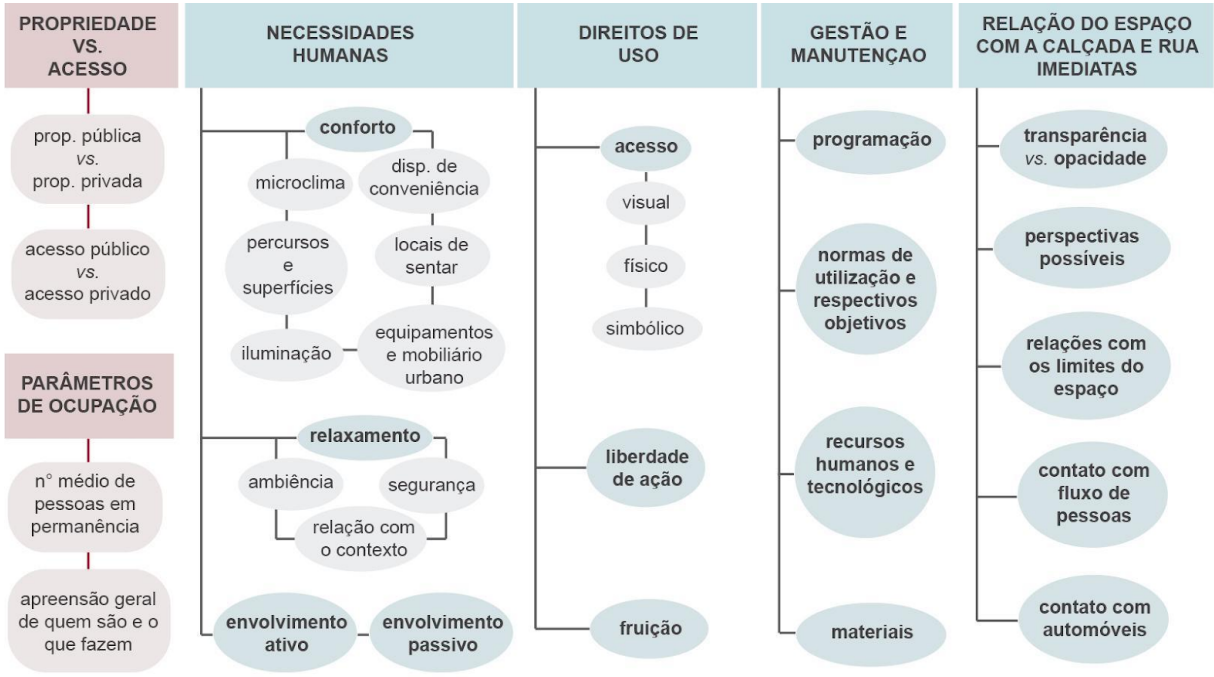
Inicialmente, ocorreram algumas visitas a campo por meio das quais foi possível apreender aspectos sensíveis sobre os espaços que mais para a frente viriam a ser estudados - e também sobre a avenida como um todo. As observações direta e participante se mostraram relevantes em todo o processo. Nesta etapa, foi importante o método proposto pelo autor Georges Perec (2016), em seu livro *Tentativa de esgotamento de um lugar parisiense*, o qual parte da observação e registro de cada detalhe e movimento presentes no espaço - incluindo os que seriam considerados triviais - como forma de apreender o que nele se dá e, consequentemente, entender sua riqueza (PEREC, 2016).

Em seguida, foi iniciada uma pesquisa bibliográfica e documental. Alguns dos principais trabalhos consultados - incluindo os já citados, de Alves (2003) e Carmona (2010) - foram *Centralidade em São Paulo: Territórios, conflitos e negociações na metrópole*, de Heitor Frúgoli Junior (2000); *Espaços públicos e a cidade que queremos,* produzido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo (2016); *Guia de boas práticas para os espaços públicos da cidade de São Paulo*, produzido pela SP-Urbanismo (2016); *Espaços públicos e privados nas centralidades urbanas: Park Avenue, Avenida Paulista e Avenida Doutor Chucri Zaidan*, de Luciana Monzillo de Oliveira (2013); e *Cidade para pessoas*, de Jan Gehl (2015).

Então, definiu-se com maior precisão como seriam feitas as análises. A decisão final foi refletir sobre dois macro critérios no geral: 1) aspectos físicos e formais; e 2) aspectos

que dizem respeito às relações público-privado. Os dois foram destrinchados em cinco outros parâmetros: 1) classificação relacionada à propriedade e acesso; 2) parâmetros de ocupação; 3) necessidades humanas; 4) direitos de uso; 5) gestão e manutenção; e 6) relação do espaço com a calçada e rua imediatas. Essas análises foram baseadas em uma mescla entre o que os principais autores lidos trataram como relevante, mas os núcleos foram os trabalhos de Alves (2003) e Carmona (2010). O resultado pode ser ilustrado pelo seguinte esquema (Diagrama 01):

Diagrama 01 - Critérios de análise



Fonte: elaboração própria.

Sendo assim, os dois espaços escolhidos para se aprofundar, ambos localizados na região da Avenida Paulista, foram: 1) a porção pedestrianizada da Alameda Rio Claro; e 2) a praça lateral do conjunto Shopping Cidade São Paulo e Torre Matarazzo. Para a análise desses casos, foram desenvolvidos roteiros de avaliação *in loco* - dada a escassez de estudos existentes sobre os objetos escolhidos, muitos dos dados precisaram obtidos por meio de levantamentos de campo.

Para uma melhor apreensão de diferentes situações de ocupação, os levantamentos foram feitos em três tipos de dias diferentes, sempre nos horários percebidos como picos de utilização. Os levantamentos quantitativos de usuários do espaço foram obtidos a partir de observações que duraram 1h no total, com contagens sucessivas dentro de certo intervalo de tempo e a posterior realização de um cálculo de média aritmética.

1) Dias úteis (levantamentos entre 12h e 14h): caracterizados pelo intervalo de segunda-feira a sexta-feira, estes são marcados por grandes fluxos e pela vida pautada nas empresas, comércios e serviços ali presentes. Apresentam dinamicidade intensa e fazem parte da rotina de diversos grupos de pessoas;

3) Domingos (levantamentos entre 13h e 15h): a partir do projeto *Paulista Aberta* (instituído pela prefeitura de São Paulo em 2016), a avenida, antes reservada apenas ao automóvel, tornou-se, neste dia, um espaço de diversos tipos de manifestações e um centro que une uma grande variedade de tipos de pessoas e de atividades. Com essa nova possibilidade de ocupação, não só as ruas e calçadas ganharam uma nova vida, mas também os espaços que as rodeiam;

2) Sábados (levantamentos entre 13h e 15h): não demonstram o mesmo nível de dinamicidade dos dias úteis, nem a apropriação de espaços característica dos domingos. Portanto, situa-se em um patamar intermediário.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados dos levantamentos e sua análise.

4.1. PRAÇA LATERAL DO COMPLEXO TORRE MATARAZZO E SHOPPING CIDADE SÃO PAULO

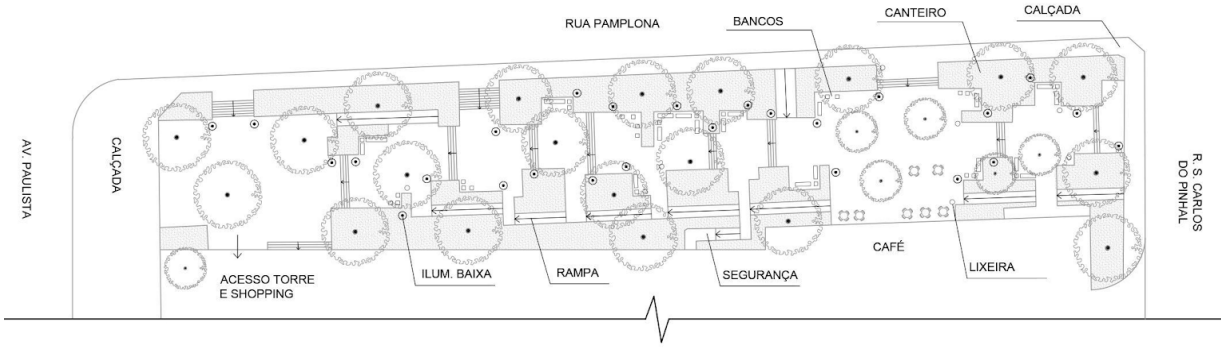
4.1.1. Descrição e contextualização

Localizado no bairro Bela Vista da cidade de São Paulo e delimitado pelas ruas São Carlos do Pinhal, Pamplona e Avenida Paulista, este espaço (Planta 01) é descrito frequentemente como um parque privado para uso público (CAMARGO CORRÊA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO; CCP S.A., 2007), ou praça semipública (AFLALO GASPERINI ARQUITETOS, 2007). Ele faz parte de um complexo comercial e empresarial que foi construído sobre onde se localizava a mansão da Família Matarazzo, que residiu na Avenida Paulista e esteve muito ligada ao desenvolvimento econômico do estado de São Paulo durante o século XX (IACOCCA, 2004).

O projeto data do ano de 2007 e se encontra implantado em um terreno de 11.987 m². Nesse terreno, estão: a Torre Matarazzo; o Shopping Cidade São Paulo; e a já citada praça lateral, concebida não só com o objetivo de preservar as árvores pré-existentes, mas de proporcionar um espaço de convívio e permanência agradável para os usuários (AFLALO GASPERINI ARQUITETOS, 2007). Além de abrigar um café, a praça também é utilizada como travessia entre a Rua São Carlos do Pinhal e a Avenida Paulista.

O projeto é assinado pelo escritório Aflalo & Gasperini Arquitetos Associados. Já seu desenvolvimento e incorporação se deram pela Cyrela Commercial Properties e Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário (CCP S.A.; CAMARGO CORRÊA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO, 2007). Dito isso, notam-se, então, aspectos que reforçam o caráter privado do espaço como um todo.

Planta 01 - Implantação diagramática da Praça lateral do complexo Torre Matarazzo e Shopping Cidade São Paulo



Fonte: elaboração própria a partir de levantamento *in loco*.

4.1.2. Dados e análises

Este é um espaço de propriedade privada, porém de acesso público.

Tratando primeiro de sua ocupação geral, nota-se variação conforme o dia da semana. Observou-se que aos sábados e domingos, a presença de usuários no espaço é cerca de 50% maior do que durante os dias úteis. Conforme o dia da semana, as ações no espaço variam pouco, sendo que costumam estar na seguinte lista: descansar, esperar, observar, conversar, tirar fotos e, principalmente, utilizar o celular (a possibilidade de acesso à internet sem fio no local influencia nesse uso). Com relação ao perfil de usuários, observou-se uma variação maior, que se acentua principalmente aos domingos. Dentre os perfis identificados - turistas; skatistas; crianças; moradores e estudantes do entorno; pessoas a passeio individualmente ou em grupo; etc. -, o grupo que mais se sobressai, com exceção dos domingos, é o de funcionários do entorno imediato, o que é coerente dado o caráter da Avenida Paulista e adjacências e explica a mudança de ocupação aos sábados e domingos.

Com relação ao microclima, um aspecto observado foi a presença intensa de vegetação, associada a uma manutenção constante. De acordo com Alves (2003), essa presença é positiva, pois além de trazer conforto visual e permitir articular o espaço de formas mais dinâmicas, serve como uma forma de proteção contra poluição atmosférica e sonora; e regula a temperatura, a intensidade dos raios solares, índices hídricos atmosféricos e o aquecimento dos materiais do piso e de outros elementos. No que diz

respeito aos percursos, a praça possui diferentes níveis em seu eixo longitudinal, os quais são vencidos de forma acessível por escadas e rampas. Todos os seus caminhos se igualam ou superam a largura mínima de 1,20 m livres para circulação (CACCIA et al., 2017). Ademais, verificou-se que as principais materialidades e texturas presentes no espaço são o metal (no mobiliário e na pavimentação, por exemplo) e os elementos naturais ligados à vegetação. Conclui-se então, que, quanto aos aspectos gerais de conforto, forma e materialidade, o espaço demonstrou ser adequado para os usos identificados.

Tratando dos locais de sentar, observou-se que todos eles se encontram próximos às atividades que ocorrem no espaço, o que é considerado favorável (ALVES, 2003). Assim como já foi dito, esses mobiliários são metálicos e estão todos em ótimo estado de conservação, algo coerente diante do foco considerável em limpeza e segurança - possui influência nisso o fato de se tratar de um espaço de propriedade privada e cuja boa qualidade de manutenção frequentemente é movida por mais interesses do que o simples bem-estar dos usuários, tais como a criação de áreas mais atraentes para o consumo (CARMONA, 2010). Para além disso, de acordo com Gehl (2015) outro aspecto positivo verificado foi a presença de incentivos à permanência prolongada, tal como o encosto em quase todos os tipos de assento e a frequência desses mobiliários dentro do espaço. Observou-se que a disposição dos diferentes tipos de mobiliários aliada a uma distribuição equilibrada ao longo da área disponível proporciona perspectivas quase unicamente voltadas para o próprio local, o que reduz o contato com a esfera pública e permite diversas possibilidades de se sentar (individualmente; em grupo; sob o sol; na sombra etc.) (Figura 02), algo que, segundo Alves (2003), também é favorável. Ademais, verificou-se empiricamente que conforme se aproximava a chegada do domingo e afastava-se dos dias úteis, mais os usuários se propunham a permanecer em espaços não necessariamente designados para aquilo - tais como as escadas e rampas (Figura 03).

Figura 02 - Ocupação padrão em dias úteis

Fonte: acervo próprio. Mar. 2019.

Figura 03 - Potencial ocupação aos domingos

Fonte: acervo próprio. Mar. 2019.

Ainda sobre os mobiliários presentes, notou-se positivamente a presença de lixeiras sempre próximas das áreas de sentar (ALVES, 2003). A presença de painéis informativos e elementos de sinalização também é algo favorável a se destacar (CACCIA et al., 2017). Outro dado levantado em campo foi a ausência de muretas com múltiplas funções. Apesar da ocupação esporádica de outros espaços não designados para a permanência - tais como as já citadas escadas e rampas - a ausência desse tipo de elemento reduz essa probabilidade.

Já com relação à experiência do usuário no espaço, verificou-se que a sensação muda conforme o indivíduo se encontra em espaços de mais ou menos interferência com percursos pedonais ou automotivos - conforme observado *in loco,* quanto mais próximo do perímetro do espaço, maior o contato com estes fluxos. Graças à disposição do mobiliário no espaço, existe a possibilidade de escolha.

No que diz respeito à segurança e níveis de visualização, foi notado que existe iluminação no espaço após o escurecer, havendo inclusive postes na escala do pedestre distribuídos pelo espaço. Segundo princípios defendidos pela publicação de Caccia et al. (2017, p. 95), essa presença é algo positivo por melhorar “a visibilidade e o sentido de orientação, proporcionando mais segurança pública aos pedestres.” Somam-se a isso o bom nível de visibilidade de quase todos os pontos da praça para fora e vice-versa; e a presença de meios humanos e tecnológicos designados para atuar na vigilância e monitoramento do espaço. Algo comentado por Minton (2006, apud. CARMONA, 2010) é que a segurança privada não equivale necessariamente à segurança, mas, na verdade, representa um grau mais profundo da privatização do espaço público e uma retirada do Estado de seu território tradicional.

Para além disso, com relação aos critérios de envolvimento ativo e passivo; constatou-se uma ausência de variedade de tipos de movimento e atividades no geral, o que acaba por afetar tanto o praticar como o assistir e também diz respeito à liberdade de ação no espaço (ALVES, 2003). Esse fato suscitou uma reflexão sobre uma eventual influência por parte do alto grau de controle local somado à viabilidade de escolha da rua ou das calçadas como alternativa para saciar possíveis anseios que a praça nega. Ademais, os subespaços são bem articulados entre si, havendo grande presença de áreas para conversas e encontros - algo positivo (GEHL, 2015) - e uma variedade de pessoas que o utilizam simultaneamente. A verificada ausência de possibilidade de existência de elementos provisórios e de uma programação específica de atividades seriam aspectos negativos, segundo Alves (2003).

Notou-se também, no que tange aos direitos de uso e à gestão e manutenção do espaço, que o direito ao acesso físico funciona diferentemente na teoria e na prática. Apesar da ausência de portões ou catracas, a presença dos seguranças e de equipamentos de monitoramento acaba por controlar certas presenças, tais como pessoas em situação de rua ou vendedores ambulantes, o que foi presenciado em um dos dias de levantamento de campo. Além disso, vale reforçar a ausência de instalações sanitárias ou bebedouros; e a presença de funcionários contratados para realizar sua manutenção diária conforme a necessidade, o que garante seu aspecto quase sempre polido. Esse último fator poderia ser relacionado a uma possível *hiper-gestão*, segundo Carmona (2010), muito presente em espaços privatizados; frequente geradora de mercantilização e homogeneização dos mesmos; e por meio do qual há a transferência de um aspecto público para onde as estratégias de gestão são, na verdade, atreladas a interesses corporativos ou comerciais.

Por fim, foi percebida uma diferença na relação entre as ruas e calçadas adjacentes e o espaço interno à praça de fato, se comparados os dias da semana: aos domingos, por haver maior recorrência de permanência na Avenida Paulista - diante da eliminação do tráfego automotivo durante a maior parte do dia -, a sensação de fluidez entre a praça em questão e a esfera pública é diferente. Isso, analisado segundo critérios propostos por Alves (2003), ocorre tanto por uma maior semelhança de tipo de ocupação, como por conta de uma maior presença de usuários no perímetro do espaço (Figura 03).

4.2. PORÇÃO PEDESTRIANIZADA DA ALAMEDA RIO CLARO

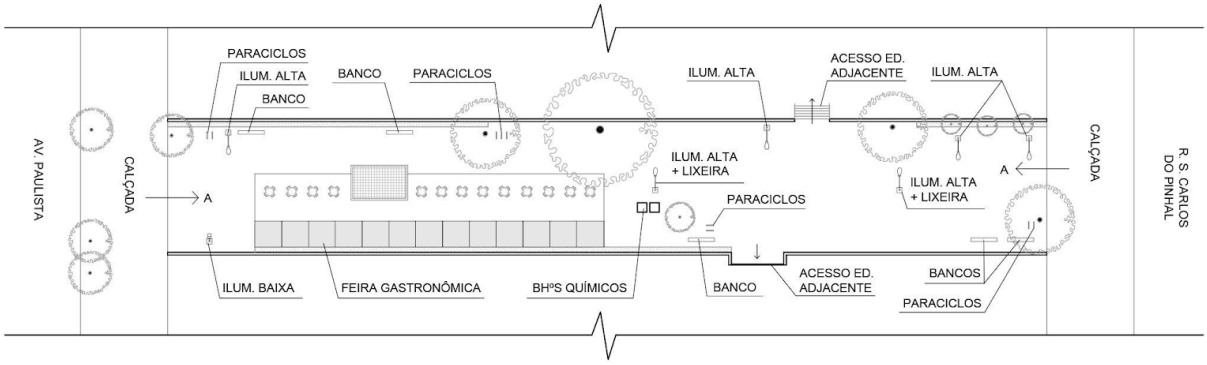
4.2.1. Descrição e contextualização

A Alameda Rio Claro (Planta 02), localizada no bairro da Bela Vista e delimitada pelas ruas Pamplona e Avenida Paulista, tem uma de suas duas porções constituída como um espaço completamente pedestrianizado. Por possuir caráter não só de fluxo, mas também de permanência, é esta a porção da alameda que será melhor aprofundada neste trabalho.

A rua, nomeada em homenagem ao município paulista de Rio Claro, teve seu cadastro oficializado no ano de 1916 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2019) e a ocupação de seu entorno imediato diversificada ao longo do tempo. No recorte temporal analisado nesta pesquisa, a envoltória da alameda se encontrava ocupada majoritariamente por edifícios corporativos e estabelecimentos de serviços, havendo também certa quantidade de edifícios de uso residencial e uma grande porção ocupada por edificações que antes abrigavam o Hospital Matarazzo.

A parte constituída como calçadão demonstrou seu grau de vitalidade variável conforme a ocupação que ali se dava. Sendo assim, vale citar que, no momento da pesquisa, estava instalada no local uma feira gastronômica proveniente do projeto *Amo Comer em São Paulo*, uma iniciativa da Associação de Comida de Rua do Estado de São Paulo. Verificou-se seu funcionamento diário das 10h às 22h.

Planta 02 - Implantação diagramática da porção pedestrianizada da Alameda Rio Claro



Fonte: elaboração própria a partir de levantamento *in loco*.

4.2.2. Dados e análises

Este é um espaço de propriedade e acesso públicos.

Tratando primeiramente de sua ocupação como um todo, nota-se variação conforme o dia da semana. Observou-se que aos sábados e domingos a presença de usuários no espaço é, respectivamente, cerca de 50% e 90% maior do que durante os dias úteis. A presença da feira gastronômica no espaço influenciou de forma notável esses números, visto que boa parte dessa variação se deu graças aos usuários diretos da mesma. Além disso, assim como o outro espaço em análise, conforme o dia da semana as ações no espaço variam pouco, costumando estar na seguinte lista: comer, conversar, descansar, utilizar o celular, atravessar, esperar, encontrar, fumar e vender, sendo que o que muda é a quantidade de pessoas realizando cada uma. Com relação ao perfil de usuários, observou-se novamente que, durante os dias úteis, a maioria é de funcionários do entorno imediato - dado o caráter de alimentação e de descanso do espaço. Já nos outros dias, se sobressaem, por exemplo, turistas; skatistas e ciclistas; famílias com crianças; moradores do entorno; jovens a passeio individualmente ou em grupo; etc. Para além disso, há também vendedores de artesanato, com seus respectivos *stands*; e também algumas pessoas em vulnerabilidade social, como, por exemplo, um homem que residia ali no momento do levantamento, em uma barraca de acampamento próxima ao acesso do espaço pela Rua São Carlos do Pinhal.

Com relação ao microclima, observou-se diferença com relação ao outro espaço em estudo, no que diz respeito à quantidade, distribuição e qualidade de manutenção da vegetação presente. Notou-se uma menor densidade desses elementos e que alguns deles não se encontravam em bom estado ou posicionados de forma coerente dadas as atividades que aconteciam no local - ambos pontos negativos (ALVES, 2003). Ademais, foi registrada a ausência de elementos projetados para proteger os usuários de fatores climáticos mais extremos, mas, diante da presença da infraestrutura da citada feira gastronômica, que envolve algumas coberturas, esta perspectiva se ameniza. No que diz respeito aos percursos, não houve identificação de desníveis que tornassem necessária a existência de rampas ou degraus; e, no quesito de largura de espaços de passagem, todos os subespaços também cumprem o limite mínimo (CACCIA et al., 2017), podendo variar de 3 a 10 m. Diferentemente do outro espaço em análise, neste foi encontrada a presença de muretas com múltiplas funções, as quais, na maioria das vezes acabam sendo utilizadas pelos usuários, diante da escassez de espaços designados para permanecer. Acredita-se que não só essas muretas se revelam funcionais do ponto de vista da permanência, mas que representam, indiretamente, um tipo de liberdade no espaço (ALVES, 2003). No tocante a materiais e texturas presentes no espaço, foi percebida uma semelhança maior deste espaço com a esfera pública da Avenida Paulista (presença majoritária de concreto, tanto no piso intertravado, como nos limites do espaço e em parte de seu mobiliário), variando apenas a estrutura pertencente à feira. Esse fato lança uma reflexão sobre uma das possíveis justificativas para esta situação ser o fato de a Alameda Rio Claro ser de propriedade pública. Conclui-se, então que, quanto aos aspectos gerais de conforto, forma e materialidade, o espaço nem sempre demonstrou ser adequado ou confortável para os usos identificados.

Ademais, tratando dos locais de sentar, observou-se que os mobiliários designados para tanto não são muitos, dado o tamanho do espaço; que nem todos se encontram próximos de onde ocorrem as principais atividades; e que sua maioria não se encontra em um ótimo estado de conservação, demonstrando necessitar de manutenção, o que desfavorece a boa qualidade da permanência (ALVES, 2003). Estes são bancos na forma de muretas de concreto revestidas em pastilhas coloridas de vidro e com sarrafos de madeira no assento. Eles não possuem encosto, o que demonstra certa despreocupação com a permanência prolongada (GEHL 2015). Notou-se que os bancos estão distribuídos em subgrupos esparsos entre si, e, com isso, foram encontrados dois pontos negativos (ALVES, 2003): 1) a desarticulação entre os pontos de permanência; e 2) menor oportunidade de escolha de diferentes possibilidades de se sentar.

Além disso, vale citar que a maioria das perspectivas que o espaço proporciona, assim como o outro estudo deste trabalho, são apenas para o seu próprio recinto, o que é difícil de evitar, visto que o espaço é delimitado por edifícios de alto gabarito dos dois lados. Por fim, observou-se que, se feita a comparação entre as escolhas de forma de estadia dos usuários, os mobiliários designados para tanto são os menos utilizados em quantidade. Ao invés de utilizá-los, frequentemente as pessoas ficam de pé ou utilizam elementos tais como paraciclos; o deque da feira; o respiro do metrô; as muretas dos canteiros e outras estruturas de concreto; a escadaria do edifício adjacente; ou até o chão (Figura 04). Isso levanta um questionamento sobre a razão para esta situação ser apenas a baixa densidade de elementos explicitamente designados para permanência ou se também soma-se a isso a qualidade da experiência que estes proporcionam. Ainda sobre o mobiliário e dispositivos de conveniência, constatou-se que a presença de lixeiras é menor que a do outro espaço em análise - neste, há apenas duas lixeiras, enquanto no outro foram levantadas sete, mesmo diante da semelhança de dimensão entre ambos. Um ponto negativo encontrado, segundo os critérios de Alves (2003), foi o fato de elas não se encontrarem próximas das áreas de sentar, mas em postes distribuídos de forma dissipada pelo espaço. Foram encontradas outras lixeiras, mas, por serem pertencentes à feira e estarem sobre seu deque, não há garantia de que serão permanentes. Notou-se também a ausência de bebedouros, painéis informativos e outros elementos de sinalização, aspectos desfavoráveis para a qualidade do espaço público como um todo (ALVES, 2003).

Figura 04 - Mobiliário local e outras alternativas de permanência feitas pelos usuários

Fonte: acervo próprio. Mar. 2019.

Com relação à experiência do usuário no espaço, novamente verificou-se que os aspectos sensíveis mudam conforme o indivíduo se encontra em espaços de menor interferência com percursos pedonais ou automotivos, sendo que, quanto mais próximo das vias que delimitam as duas extremidades do eixo longitudinal do espaço, maior o contato

com os fluxos. A Avenida Paulista e a rua São Carlos do Pinhal foram percebidos como dois extremos, sendo a Avenida Paulista a mais movimentada. De qualquer forma, desta vez, a sensação de contenção no espaço foi verificada como sendo maior, e, sendo assim, a possibilidade de se entrar em contato com quaisquer percursos externos é reduzida, o que poderia ser considerado positivo ou negativo, dependendo do objetivo do usuário (ALVES, 2003).

No que tange a sensação de segurança e níveis de visualização, dois pontos verificados *in loco* foram a ausência de indivíduos contratados especificamente para monitorar e vigiar o local; e uma maior dificuldade de visualização do espaço como um todo, principalmente por conta de sua implantação entre edifícios altos e seu caráter longitudinal. Durante os horários de pico de utilização, a presença de muitos usuários também dificulta essa visualização. Em segundo lugar, notou-se a ausência de iluminação na escala do pedestre, algo negativo (CACCIA et al., 2017), e que, somado a relatos de funcionários locais, auxiliou a reforçar a hipótese de que, durante a noite, o fluxo e permanência só prevalecem ali quando a feira gastronômica está funcionando.

Tratando agora do envolvimento ativo e passivo, notou-se, de forma semelhante ao outro espaço em análise, a ausência de grande variedade de tipos de movimento e atividades. Refletiu-se, então, por meio das ideias de Carmona (2010), sobre uma possível contradição, dada a não-vigilância sobre o espaço e a sua potencial flexibilidade. Por outro lado, a presença da feira gastronômica demonstrou o potencial local para atividades provisórias e para possibilidades de ressuscitar a vitalidade do espaço.

Verificou-se também, no que diz respeito aos direitos de uso e à gestão do espaço, que ele é mais fiel à premissa de possuir acesso público (tanto fisicamente - do ponto de vista de não haver catracas ou portões - como simbolicamente - do ponto de vista da ausência de controle direto sobre as presenças e de horário de funcionamento). Chegou-se à conclusão de que o monitoramento do espaço acaba ocorrendo indiretamente por parte de seus usuários. Por fim, com relação a aspectos de manutenção geral (piso, mobiliário, vegetação, instalações), foram registrados mais problemas do que no outro espaço em análise, o que pode ter se dado por este estar majoritariamente nas mãos do poder público e sua frequente negligência. Este aspecto estaria possivelmente relacionado com a *sub-gestão*, a qual, segundo Carmona (2010), é frequentemente encontrada em espaços de propriedade pública e associada a um *design* e gestão pobres e inseguros que podem, inclusive, encorajar desobediência civil.

Finalmente, assim como no outro espaço em análise, verificou-se uma diferença na relação entre as ruas e calçadas adjacentes e o espaço interno à alameda de fato, se comparados os dias da semana: aos domingos a sensação de separação entre o espaço e a esfera pública é diferente. Por exemplo, de acordo com a observação participante, no seu limite com a Avenida Paulista aos domingos há aspecto de maior unicidade (Figura 05), o que, analisado segundo critérios propostos por Alves (2003), ocorre tanto por uma maior semelhança de tipo de ocupação, como pela maior presença de usuários no perímetro do espaço.

Figura 05 - Relação interno-externo entre Alameda Rio Claro e Avenida Paulista aos domingos

Fonte: acervo próprio. Mar. 2019.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi entendido no processo deste trabalho e de suas investigações que as conclusões obtidas a partir da análise dos dois espaços aqui tratados - ambos localizados na Avenida Paulista ou em sua envoltória imediata - poderiam ser utilizadas para ilustrar uma situação de maior escala no recorte espacial em questão, ou até mesmo em outras localidades.

É possível começar tratando que, dados os resultados do levantamento *in loco* e sua comparação com o que os principais autores lidos afirmam ser pontos positivos e negativos em espaços de uso coletivo, é recorrente, por parte dos espaços de permanência de propriedade pública, o fornecimento de razões para a migração para espaços privados. Dentre esses motivos, estão: sua escassez em quantidade; menor presença de vegetação, iluminação e de certos tipos de manutenção; escassez de mobiliários para permanência e pouca qualidade nos que existem; presença pequena de mobiliários destinados ao depósito de lixo etc - o que, consequentemente, teria relação com a sensação de ausência de pertencimento por parte dos usuários na esfera pública como um todo. Por outro lado, por meio de observação participante e posterior análise, notou-se também que, mesmo diante

de tais pontos negativos, os espaços de propriedade pública - tais como a Alameda Rio Claro e a própria Avenida Paulista como via - não são recusados pelos usuários locais, mas, pelo contrário, ocupados frequentemente de forma mais ativa, livre e com maior envolvimento do que os de propriedade privada, principalmente diante da presença de programações como a citada feira gastronômica. Sendo assim, mesmo diante dos pontos analisados como favoráveis em espaços de propriedade privada - como, por exemplo, iluminação na escala do pedestre; abundância de vegetação e microclima agradável; maior presença de recursos humanos e tecnológicos para manter e gerir o espaço; existência de mobiliário para permanência considerado qualificado e em quantidade coerente etc -, mostra-se clara a importância de espaços que mantenham o aspecto público, mas que não por isso deixem de possuir qualidade em seu processo de projeto; zelo em sua manutenção e gestão; e busca pela segurança de seus usuários.

Ademais, diante de observação da ocupação de característica não programada de alguns outros espaços da esfera pública da avenida, tais como pontos de ônibus; paraciclos; canteiros de plantas; respiros do metrô; guias das calçadas e até o próprio chão, mesmo em dias úteis, também foi suscitada outra reflexão. Esta diz respeito sobre a possibilidade de necessidade não só de retomar o valor dos espaços coletivos tais como os já citados, mas também das calçadas. Elas, em outro momento, foram concebidas para serem eficientes do ponto de vista da circulação, mas seu projeto dificilmente deu a importância para a permanência que ali passou a existir com maior intensidade ao longo do desenvolvimento da vida da avenida e de seus diferentes tipos de apropriação do espaço. Sendo assim, acredita-se que um pensamento mais aprofundado acerca de mobiliário de permanência e de outros elementos que melhorem a qualidade do espaço, tais como vegetação e iluminação na escala do pedestre, possam ser interessantes no contexto em análise.

Por fim, dado o exposto, torna-se evidente a relevância da retomada de responsabilidade do poder público sobre o fornecimento de espaços de permanência de qualidade com base nos critérios aqui tratados; e de, idealmente, eles serem concebidos e posteriormente geridos de acordo com as reais necessidades e anseios daqueles que os ocupam ou irão ocupá-los. Isso, consequentemente, relaciona-se com a validação de um sentimento de protagonismo por parte do pedestre em um cenário, que, na verdade, sempre deveria tê-lo tido como peça central.

6. REFERÊNCIAS

AFLALO GASPERINI ARQUITETOS. **Torre Matarazzo e Shopping Cidade São Paulo.** São Paulo: Aflalo Gasperini Arquitetos, 2007. Disponível em:

<https://aflalogasperini.com.br/blog/project/torre-matarazzo-e-shopping-cidade-sao-paulo/> Acesso em: 22 jul. 2019.

ALVES, Fernando M. Brandão. **Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CACCIA, Lara. S. et al. **8 princípios da calçada:** construindo cidades mais ativas. São Paulo: WRI Cidades, 2017. Disponível em <https://wribrasil.org.br/sites/default/files/8-Principios-Calcada_2019.pdf> Acesso em 23 jul. 2019.

CAMARGO CORRÊA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO; CYRELLA COMERCIAL PROPERTIES S.A (CCP S.A.). **Torre Matarazzo.** São Paulo: CCPSA, 2007. Disponível em <http://www.ccpsa.com.br/wp-content/uploads/2016/11/Folder-Torre-Matarazzo.pdf> Acesso em: 22 jul. 2019.

CARMONA, Matthew. **Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique.** Journal of Urban Design, 2010. Volume 15, edição 1, p. 123-148. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/13574800903435651> Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part Two: Classification.** Journal of Urban Design, 2010. Volume 15, edição 2, p. 157-173. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/13574801003638111> Acesso em: 24 jun. 2019.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** Porto Alegre: Penso, 2014.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: Territórios, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2015.

IACOCCA, Angelo. **Conjunto Nacional: A conquista da Paulista.** São Paulo: Iacocca, 2004.

MINTON, Anna. **What Kind of World Are We Building?** The Privatisation of Public Space. Londres: RICS, 2006.

OLIVEIRA, Luciana M. de. **Espaços públicos e privados das centralidades urbanas:** Park Avenue, Avenida Paulista e Avenida Doutor Chucri Zaidan. Tese de doutorado. Orientadora Maria Augusta Justi Pisani. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2013.

PEREC, Georges. **Tentativa de esgotamento de um lugar parisiense.** São Paulo: Editora Gustavo Gili Brasil, 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Dicionário de ruas:** Alameda Rio Claro. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, 2019. Disponível em <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/alameda-rio-claro> Acesso em 20 jul. 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Espaços públicos e a cidade que queremos.** São Paulo: SMDU, 2016.

SP-URBANISMO. **Guia de boas práticas para os espaços públicos da cidade de São Paulo.** São Paulo: Gestão Urbana, 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/20161230_GBPEP.pdf> Acesso em: 21 jun. 2019.

YIN, ROBERT K. **Estudo de caso: procedimentos e métodos.** São Paulo: Bookman, 2004.

Contatos: manuelabaioccofurtado@gmail.com e luizguilherme.castro@mackenzie.br